



***ANALISANDO DISCURSOS CONFIGURADOS POR RELAÇÕES DE
GÊNERO: A SÉRIE “SEGUNDA CHAMADA” COMO CURRÍCULO CULTURAL
NÃO ESCOLAR***

***ANALIZAR LOS DISCURSOS MOLDEADOS POR LAS RELACIONES DE
GÉNERO: LA SERIE “SEGUNDA LLAMADA” COMO CURRÍCULO CULTURAL
NO ESCOLARIZADO***

***ANALYZING DISCOURSES SHAPED BY GENDER RELATIONS: THE
“SECOND CALL” SERIES AS A NON-SCHOOL CULTURAL CURRICULUM***

*Sarah Branco de Menezes*¹

*Maria Camila Castillos Cabezas*²

RESUMO

Este trabalho analisa o primeiro episódio da série “Segunda Chamada” como artefato cultural, a partir dos estudos culturais e de gênero pós-estruturalistas, com foco nas pedagogias não escolares e nos discursos sobre gênero e sexualidade. A análise concentra-se na personagem Natasha, uma mulher travesti negra, estudante da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especificamente em duas cenas de transfobia no espaço escolar: a interpelação pelo nome morto e a proibição de uso do banheiro feminino. Tais situações expõem os mecanismos de regulação da cisheteronormatividade e das masculinidades hegemônicas no ambiente escolar. A escola, nesse sentido, é entendida como espaço de produção de subjetividades, marcado por disputas de poder. Ao tensionar as normas de gênero e a exclusão de corpos dissidentes, a série contribui para a construção de uma pedagogia cultural que pode ampliar os debates sobre inclusão, diversidade e direitos das pessoas trans e travestis na educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Cultura. Nome Social. Banheiro.

¹ Mestranda em Educação em Ciências no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências. Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Doutoranda em Educação em Ciências no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências. Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. Mestre em Educação em Ciências. Professora Auxiliar na Universidade do Valle, Cali-Colômbia.

RESUMEN

Este trabajo analiza el primer episodio de la serie “Segunda Llamada” como artefacto cultural, a partir de estudios culturales y de género post-estructuralistas, con foco en las pedagogías y discursos no escolares sobre género y sexualidad. El análisis se centra en el personaje de Natasha, una mujer travesti negra estudiante de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), concretamente en dos escenas de transfobia en el espacio escolar: los insultos y la prohibición de utilizar el baño femenino. Estas situaciones exponen los mecanismos de regulación de la cisheteronormatividad y de las masculinidades hegemónicas en el ámbito escolar. En este sentido, la escuela es entendida como un espacio de producción de subjetividades, marcado por disputas de poder. Al enfatizar las normas de género y la exclusión de los cuerpos disidentes, la serie contribuye a la construcción de una pedagogía cultural que puede ampliar los debates sobre la inclusión, la diversidad y los derechos de las personas trans y travestis en la educación.

PALABRAS-CLAVE: Educación. Cultura. Nombre Social. Baño.

ABSTRACT

This paper analyzes the first episode of the series “Second Call” as a cultural artifact, based on post-structuralist cultural and gender studies, with a focus on non-school pedagogies and discourses on gender and sexuality. The analysis focuses on the character Natasha, a black transvestite woman, who is a student in Youth and Adult Education (EJA), specifically in two scenes of transphobia in the school space: the name-calling and the ban on using the women's restroom. These situations expose the mechanisms for regulating cisheteronormativity and hegemonic masculinities in the school environment. In this sense, the school is understood as a space for the production of subjectivities, marked by power disputes. By stressing gender norms and the exclusion of dissident bodies, the series contributes to the construction of a cultural pedagogy that can broaden debates on inclusion, diversity and the rights of trans people and transvestites in education.

KEYWORDS: Education. Culture. Social Name. Bathroom.

Introdução

Socialmente, atribui-se à escola o papel de formar cidadãos, inicialmente para o trabalho e, posteriormente, para serem capazes de tomar decisões a partir de uma posição crítica e reflexiva. Para isso, a escola foi se constituindo com um currículo geralmente entendido do ponto de vista da organização dos conteúdos, de sua planificação, dos objetivos de aprendizagem, de seu desenvolvimento e da avaliação. No entanto, com a entrada em vigor de teorias pós-críticas: pós-estruturalismo, pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-gênero, pós-feminismo; estudos culturais, de gênero, étnico-raciais queer, muitos dos conceitos no campo da educação foram ampliados e até reconfigurados, buscando problematizar as transformações culturais.

Na assim chamada virada pós-moderna, o currículo tende a se desvincular da escola, o que impõe uma reconceptualização tanto do currículo quanto da escola, uma reconceptualização que seja feita de acordo com as condições modernas e para as condições pós-modernas (Green; Bigum, 1995, p. 214).

Desde então, Bill Green e Chris Bigum reconheceram a necessidade de reconceituar currículo, cultura e pedagogia, para problematizar outros produtos culturais (mídia, cinema e televisão, artes, música), que têm os próprios currículos e pedagogias, as próprias concepções de educação e de como o ensino deve ser conduzido para produzir um tipo específico de sociedade. Além disso, querendo ou não, esses produtos culturais têm o poder de produzir discursos criadores de realidades, ao produzirem significados sobre o mundo e as coisas do mundo.

Por outro lado, para Michel Foucault (1980), um dos principais pensadores do pós-estruturalismo, a educação implica processo de subjetivação, transformação dos indivíduos em sujeitos, ou seja, reconhecimento de que se formam sujeitos a partir de práticas discursivas, sociais e de poder não operantes unicamente dentro dos muros da escola. Pelo contrário, *internet*, jogos, meios de comunicação, cinema e música são máquinas de poder que agem sob uma aparente neutralidade para subjetivar as pessoas, produzir verdades, internalizar normas e regras determinantes de conduta e produtoras de identidade.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discursos que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o *status* daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro (Foucault, 1980, p. 131).

Nesse sentido, um dos conceitos do campo da educação que vivenciou e está vivenciando atualmente os efeitos dessa expansão teórica é o conceito de currículo. Desde as teorias pós-críticas, o currículo não está restrito às disciplinas escolares (Ciências Naturais, Matemática, Linguagem) ou à sistematização de conhecimentos. Pelo contrário, o currículo pode ser entendido como:

um *artefato* político; um território que se encontra povoado por diferentes *culturas* e imagens, ao mesmo tempo em que *produz culturas* e imagens de diferentes tipos. Trata-se de um artefato que, por ser constituído por matérias diversas e por diferentes materiais das imagens

e das culturas, pode possibilitar percepções, encontros e aprendizagens potencializadoras (Paraíso, 2008, p. 2).

Além disso, é impossível falar em currículo sem considerar sua relação com a cultura. Este é um conceito que também sofreu uma transformação epistemológica em suas formas de conceituação, passando de uma concepção puramente antropológica, relacionada principalmente a elementos como valores, costumes, normas, instrumentos materiais, organização social e padrões de comportamento, para ser conceituada e problematizada a partir dos estudos culturais enquanto prática de significação. Nessa abordagem, diferentes grupos da sociedade – homens, mulheres, pessoas trans, brancos, negros, jovens, crianças – produzem significados que os fazem desejar algo, aspirar, lutar, mas que, ao mesmo tempo, são produzidos pelos significados da sociedade. Assim, por exemplo, alguns meios de comunicação reproduzem narrativas cisheteronormativas sobre gênero, raça e credo.

Cultura é um repertório de significados sempre associados a relações de poder de diferentes tipos, presentes em todas as relações sociais. Cultura é uma prática de significados em que diferentes grupos produzem e são produzidos, transformam e são transformados, governam e são governados, construindo, assim, experiências de diferentes tipos, dependendo dos modos como tais práticas são vivenciadas (Paraíso, 2008, p. 2).

Em contraste, o currículo é feito de cultura e é uma forma de discurso que produz, regula e veicula significados, assim como a pedagogia, outro conceito expandido e utilizado para reconhecer o que sabemos (conhecimento) discursivamente produzido. Essas práticas podem produzir e reproduzir relações de poder desiguais, nas quais o que é dito, quando é dito, quem o diz e onde, está controlado por quem tem o poder de discursar sob condições socioeconômicas específicas. Ou seja, existe pedagogia em qualquer lugar, sendo importante, então, investigar o que essas outras pedagogias externas ao processo de escolarização produzem, ensinam, como exercem governo e que tipo de sujeitos engendram.

Existe pedagogia em qualquer lugar em que o conhecimento é produzido, em qualquer lugar em que existe a possibilidade de traduzir a experiência e construir verdades”. Ou seja, uma multiplicidade de formas de conhecimento que servirão para produzir identidades e subjetividades. Incluindo, assim, um sistema de significação ligado a relações de poder que, ao mesmo tempo, têm borrado as rígidas distinções entre conhecimentos cotidianos, da cultura de massas e, ainda, os escolares (Giroux; McLaren 1995, p. 144).

Em outras palavras, a pedagogia não se reduz a apenas uma questão, trata-se de uma dimensão política cujas forças exercem governo, buscam imposição de significados e dominação material e simbólica, dado que as atribuições de significados são, sempre e ao mesmo tempo, fator epistemológico e de poder.

Assim, os estudos culturais oferecem uma alternativa que não pretende se vender como a solução para todos os problemas da educação, mas sim como uma possibilidade de ampliação e alargamento dos conceitos educativos, trazendo consigo nova maneira de ver, entender e posicionar-se na sociedade. Configura-se concepção de currículo cultural não escolar.

Compreende-se como currículo cultural não escolar diversos artefatos culturais responsáveis pela produção de conhecimentos, saberes, ensinando, pois os sujeitos a serem de determinadas formas (Vieira; Araújo, 2023, p. 8).

Designa uma base teórica para analisar um artefato cultural, nas palavras de Henry Giroux (2001), “máquinas de ensinar”, que podem disseminar um conjunto de conhecimentos para produzir algo verdadeiro ou exigir sujeitos de determinados tipos.

A noção de currículo cultural destaca a importância de serem investigados “outros currículos (além do escolar) que contribuem para a formação das pessoas e que disputam espaço na produção de sentidos e dos sujeitos (Paraíso, 2007, p. 24).

Esses artefatos culturais não estão limitados a um espaço físico, circulam e compõem as sociedades atuais, constituem textos curriculares, atuam e fazem funcionar pedagogias para a efetivação do governo. Esses artefatos produzem e divulgam linguagem na qual o significado é negociado.

O termo artefato cultural faz referência ao *processo de construção de significados culturais* de diferentes objetos que envolve a produção de objetos tanto na sua forma material quanto cultural, uma vez que nessa intrincada operação passam a ser vinculados significados que identificam e tornam reconhecidos os objetos (Camozzato, 2018, p. 4).

Tendo em vista o anterior referencial teórico, argumenta-se que existem pedagogias e currículos funcionando fora da esfera escolar, circulando livremente na sociedade e tendo o poder de transformar comportamentos, governar pensamentos, produzir identidades e subjetividades, criar textos e atribuir significados a fenômenos, práticas e sujeitos. Em outras palavras, *sites, blogs, jogos, programas de TV, filmes,*

políticas públicas, peças publicitárias, fotografias e arte são artefatos culturais na função de currículo cultural não escolar. Os artefatos culturais (Magalhães, 2012) possuem intencionalidade, são carregados de significados, pretendem ensinar algo, levando em consideração determinado tempo específico e contexto sociocultural.

Dito isso, este trabalho volta seu olhar para uma produção televisiva, objeto de análise e de potente artefato cultural, atuante na constituição de sentidos sobre identidades, normas e diferenças. A partir disso, nosso objetivo é analisar, sob a perspectiva dos estudos culturais e de gênero pós-estruturalistas, como a série “Segunda Chamada”, enquanto artefato cultural de um currículo não escolar, produz significados sobre gênero e sexualidade, especialmente por meio da personagem Natasha, evidenciando mecanismos de regulação, exclusão e resistência no espaço escolar.

Procedimentos Metodológicos

Lançada em 2019 pela TV Globo, a série “Segunda Chamada”, disponível na plataforma de streaming Globoplay, tem duas temporadas e ambienta-se na escola pública noturna Carolina Maria de Jesus, localizada na periferia de São Paulo, e acompanha o cotidiano de professores e alunos/as da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Escrita por Carla Faour e Julia Spadaccini, com direção artística de Joana Jabace, essa produção brasileira se destaca por abordar de forma sensível e crítica temas como desigualdade social, violência, racismo, encarceramento, abandono escolar, e questões de gênero e sexualidade, sendo estas duas últimas o foco da análise que desenvolveremos neste trabalho.

A primeira temporada de “Segunda Chamada” é composta por 11 episódios, enquanto a segunda conta com 10. As duas apresentam diferentes histórias e problemáticas que atravessam as experiências dos/as personagens, em articulação com questões sociais, raciais e de gênero. Neste trabalho, escolhemos analisar o primeiro episódio da primeira temporada, no qual é possível acompanhar a trajetória de Natasha, uma personagem mulher travesti, negra, periférica e estudante da EJA, interpretada pela atriz e cantora Linn da Quebrada. Essas interseções entre raça, gênero e classe social, colocam-na em situações de vulnerabilidade social.

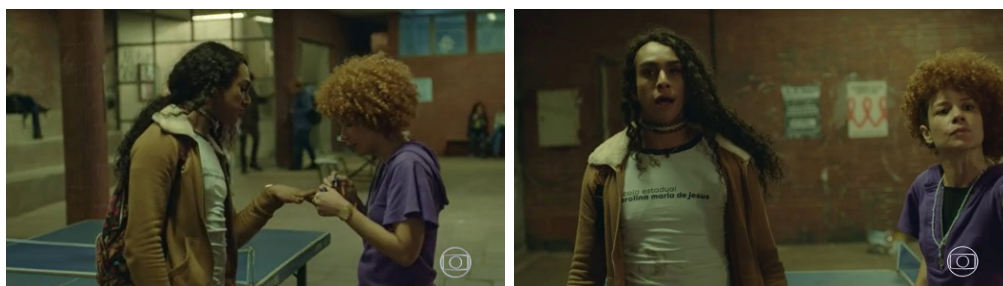
Ao longo do episódio, algumas cenas evidenciam, no espaço escolar, as disputas em torno das normas³ de gênero e seus mecanismos que operam sobre corpos que dela fogem. Analisaremos duas cenas, a primeira acontece no pátio, onde a Natasha é interpelada pelo seu nome de registro por um estudante da escola após levar uma bolada do mesmo; e a segunda no banheiro, em que ela é impedida de usar o espaço feminino. Tais situações permitem tensionar os modos como a escola participa da produção de subjetividades por meio de discursos que operam na delimitação de pertencimentos e reconhecimentos.

Analisando as cenas

Nesta seção, apresentaremos nossas análises relacionadas a duas cenas com a personagem Natasha. Na primeira, a intérprete sofre violência física e psicológica (Figura 1) por um estudante homem, negro, heterossexual, ao chutar, propositalmente, uma bola de futebol na personagem durante o intervalo/recreio e a chama por seu nome morto. Na segunda cena analisada, Natasha é impedida de entrar no banheiro feminino por outra estudante da escola (Figura 2), Dona Jurema, uma pessoa idosa, religiosa cristã e constituída por preconceitos a pessoas trans.

Cena 1 – A violência física e psicológica

Figura 1. Natasha e Renata fazendo as unhas e, após, indignadas com a bola chutada pelos colegas



Fonte: Globoplay (capturas de tela feitas pelas autoras).

Na cena 1, enquanto Natasha e Renata fazem as unhas, um estudante da escola, homem negro e heterossexual, chuta uma bola de futebol em Natasha e se dirige a ela

³ Norma “não é simplesmente um princípio, [...] é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado. [...] A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo (Foucault, 2001, p. 62).

utilizando seu nome morto quando narra “mata no peito, Robson”. Nessa cena, é possível perceber um discurso transfóbico, através da negação do nome social e da identidade de gênero da personagem. A interpelação desse colega reforça a cisheteronormatividade, deslegitimando a existência de Natasha enquanto uma mulher travesti. Além disso, podemos perceber um campo de discursos sobre o que é ser “homem” ou “mulher”, produzindo o corpo travesti como algo a ser corrigido ou ridicularizado, pois escapa ao binarismo de gênero. Por meio da fala desse contracenante de Natasha, percebemos comportamento marcado por discursos de masculinidades hegemônicas (Connel, 1995), baseado em controle, demonstração de força, heterossexualidade compulsória, que, muitas vezes, é desenvolvido pela negação ou violência contra o compreendido feminino ou desviante. A mulher trans não é agredida somente pela sua identidade de gênero, mas também por ocupar um espaço com outras mulheres, como sua colega Renata, performando um feminino não autorizado pela norma cisgênera.

Dessa forma, a cena mobiliza-nos a pensar sobre os modos pelos quais algumas identidades de gênero são reconhecidas ou marginalizadas a partir das normas. Essa interpelação transfóbica sofrida pela Natasha articula-se a um conjunto de discursos que buscam regular os sujeitos, determinando quem pode ou não ter sua identidade legitimada. Nesse contexto, é possível pensarmos os sujeitos LGBTQIA+ como aqueles que vão desnaturalizar as normas, abrindo espaço para outras possibilidades de existências.

Ao pensar sobre sujeitos LGBTQIA+, pensamos na produção de possibilidades de identidades de gênero, as quais dizem muito mais do que a genitália do sujeito. A cultura marca as genitálias nos corpos, visando que o gênero corresponda aos padrões determinados pela sociedade. É o que Judith Butler (2008, p. 38) chama de “gêneros inteligíveis”:

são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas leis que buscam estabelecer linhas causais e expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual.

Esses corpos rompem com a continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, são vigiados por diferentes campos do saber, como a Biologia, a Pedagogia, a

Medicina, entre outros, buscando sempre trazer para dentro da norma dada como padrão, aqueles que dela fogem. Logo, a produção de outras identidades, por exemplo, identidades trans e travestis, começaram a ser reconhecidas em outras instâncias sociais, como a escola. Concordamos com Maria Eduarda Castelhana de Campos *et. al.* (2022, p. 202), quando afirmam que:

é necessário que as produções sobre o tema transexualidade e educação sejam mapeadas e analisadas, para que seja lembrado o quanto a escola ainda é um ambiente hostil, que cria e reproduz violências e preconceitos.

Nesse sentido, de acordo com Sara York (2020, p. 16), travestis enfrentam “batalhas cotidianas que vão do direito a estudar até ao direito de não sermos mortas, entre outros direitos notadamente ‘simples’ para cidadãos/ãs apreendidos sob gêneros inteligíveis”. Dentro de um espaço disciplinador, vigiante dos corpos, que busca a todo momento trazê-los para dentro da norma, Natasha, constantemente, mantém-se na luta contra a transfobia e demais preconceitos, mostrando que as pessoas trans e travestis também tem seus direitos de ser, estar e existir em todos os espaços.

A persistência de Natasha em existir e resistir em um espaço que constantemente tenta apagá-la, mostra que a violência estrutural que atua sobre os corpos trans e travestis. A transfobia atravessa tanto os espaços institucionais, como a escola no caso dessa série, como os outros demais espaços cotidianos e, de forma extrema, acaba por se expressar na recorrência de mortes violentas desses sujeitos. De acordo com o Dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (2025),

Em 2024, das 122 vítimas de assassinatos localizadas e consideradas nesta pesquisa, 117 eram travestis/mulheres trans, **explicitando que a violência de gênero, a motivação, assim como a própria escolha da vítima tem relação direta com a identidade de gênero (feminina) expressa pelas vítimas** (ANTRA, 2025, p.76). (grifos das autoras)

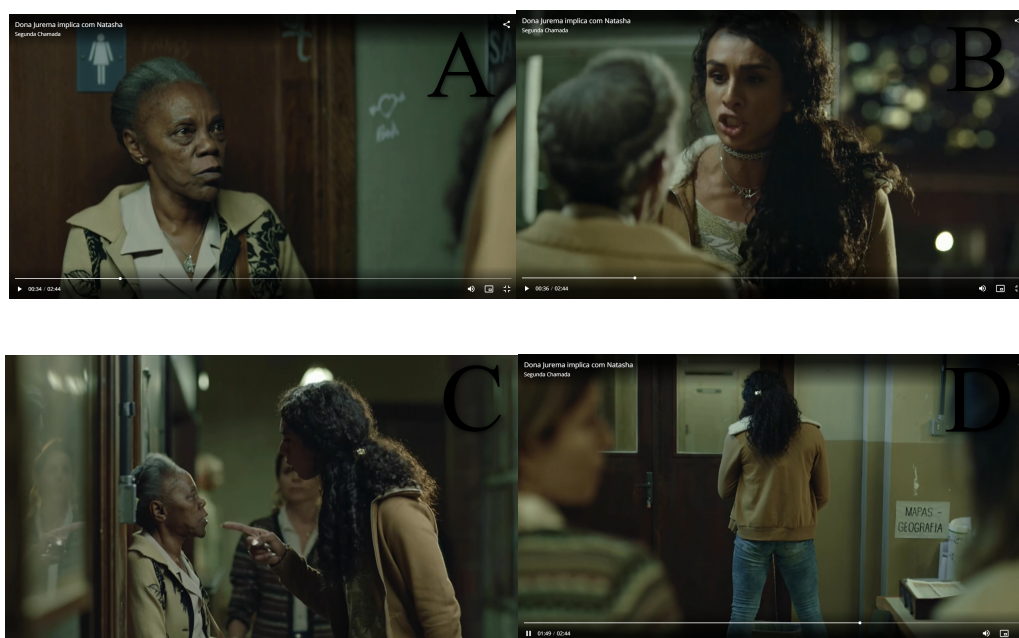
Os dados mostram que estamos diante de uma política de morte que atravessa aqueles corpos que rompem com as normas de gênero dadas como padrão pela sociedade. A presença de Natasha em um espaço escolar público, ainda que seja uma série ficcional que se aproxima muito da realidade escolar fora da ficção, tenciona essas estatísticas e trava uma potente luta por visibilidade e reconhecimento. Sua trajetória, marcada por

enfrentamentos e resistências, nos mobiliza a pensar nas possibilidades de existências que escapam do destino trágico e cruel imposto a tantas outras travestis.

Na cena 1, a violência acontece diante da negação do nome e da identidade de gênero de Natasha e na cena 2, essa negação se materializa no impedimento ao uso do banheiro, um direito básico dos sujeitos. Ambas as cenas evidenciam como a escola opera na manutenção das normas de gênero, determinando quem pode ou não ocupar certos espaços.

Cena 2 – Você não vai entrar aqui!

Figura 2. Dona Jurema, Natasha, professora Lúcia e professora Sônia e a problemática de usar o banheiro feminino



Fonte: Globoplay (capturas de tela feitas pelas autoras).

A segunda cena analisada ocorre com o diálogo entre as personagens Dona Jurema, Natasha e as professoras Lúcia e Sônia. Nessa cena, Natasha pretende ir ao banheiro feminino e, quando está para entrar no banheiro, Dona Jurema sai simultaneamente e não a permite entrar no local, momento em que ocorrem as seguintes falas

Dona Jurema: “Meu filho, esse banheiro é das mulheres, o dos homens é ali [apontando para a direção do banheiro masculino]”.

Natasha: “Dona Jurema, se eu entro lá agora eu não sei nem se saio viva!”.

Dona Jurema: “Vai reclamar com a direção, não sou obrigada a dividir banheiro com travesti”.

Natasha responde: “Me respeita, Dona Jurema, que eu não tô te faltando com o respeito”

Dona Jurema: “Me respeita você, Robson”.

Natasha: “Quantas vezes eu vou ter que repetir? O meu nome é Natasha”.

Dona Jurema: “Pra mim continua Robson”.

Natasha: “Olha, eu só não dou nessa sua cara porque a senhora tem idade para ser minha vó”.

Dona Jurema: “Tá me ameaçando?”.

Natasha: “Não, eu só quero...”.

Lúcia: “O que é isso gente?”.

Dona Jurema: “Se ele entrar aí, eu saio da escola”.

Natasha: “E se eu não puder entrar, quem sai sou eu”.

Lúcia vai com a Natasha em direção ao banheiro dos/as professores/as, o qual está ocupado por outra professora, a professora Sônia.

Sônia: “Não dá para esperar não?”.

Lúcia: “Ah, desculpa Sônia. É que a Natasha tá precisando usar o nosso banheiro”.

Sônia: “Que isso Lúcia, aluno em banheiro de professor? Virou bagunça?”.

Natasha: “Professora [voltando-se para Lúcia], estou muito apertada”.

Lúcia: “Calma. Sônia! Dá licença, ela está precisando usar o banheiro, ela tá apertada”.

Sônia: “Daqui a pouco estão vindo tomar cafezinho aqui dentro”.

Lúcia: “Sônia, o tempo que a gente tá aqui discutindo...”.

Nesse meio tempo, enquanto as professoras Lúcia e Sônia discutiam, Natasha fez xixi na lixeira da sala dos/as professores/as.

Lúcia: “Satisfeita?”.

Sônia: “Eu é que te pergunto. Satisfeita? Que abusada!”.

Podemos analisar, inicialmente, a intenção da série “Segunda Chamada” de tencionar os preconceitos existentes na sociedade brasileira e que ocorrem cotidianamente em muitas escolas em relação ao uso dos banheiros por pessoas trans/travestis. Esse preconceito reproduzido por Dona Jurema constitui pedagogia cultural relacionada à lógica da cisgeneridade⁴, definindo quem tem direito de utilizar determinados espaços “públicos”, como um banheiro escolar. Dessa maneira, ao negar o acesso ao banheiro

⁴ Para Viviane Vergueiro (, cisgeneridade é “um posicionamento, uma perspectiva subjetiva que é tida como natural, como essencial, como padrão. A nomeação desse padrão, desses gêneros vistos como naturais, cisgêneros, pode significar uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear cisgêneridade ou nomear homens-cis, mulheres-cis em oposição a outros termos usados anteriormente como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc. Ou seja, esse uso do termo cisgêneridade, cis, pode permitir que a gente olhe de outra forma, que a gente desloque essa posição naturalizada da sua hierarquia superiorizada, hierarquia posta nesse patamar superior em relação com as identidades Trans, por exemplo (Guzmán, 2014, p. 16).”

para Natasha, Dona Jurema, além de humilhar a personagem, reafirma violência psicológica ao lembrar o nome morto da personagem trans.

Para os sujeitos que fogem à norma, ir ao banheiro não é somente ir ao banheiro. O banheiro pode ter outros significados, como sofrimento. De acordo com o “Atlas da Violência”, os dados de violência contra população LGBTQIAP+ do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (2024),

em 2022, 8.028 pessoas dissidentes sexuais e de gênero foram vítimas de violência no Brasil, um aumento de 39,4% em relação a 2021, quando foram registrados 5.759 casos. Analisando a série histórica desde 2014, nota-se que os casos cresceram ano a ano, à exceção de 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19, quando os serviços presenciais caíram consideravelmente. O salto entre 63 Sumário 2021 e 2022, no entanto, é o segundo maior da série, acendendo um alerta para o aumento da violência contra essa população (Cerqueira, 2024, p. 62-63).

Esses são outros fatores que levam à desistência de estudar, pois a escola passa a ser percebida como um ambiente de violência, fazendo então com que as pessoas trans e travestis procurem formas diversas para existirem e sobreviverem no mundo. A cena com a Natasha mostra o quanto esse corpo que deseja transgredir é punido, ferido, ridicularizado. Nesse sentido, o banheiro pode ser, sim, um lugar de sofrimento e de violência.

Percebemos o quanto é importante construir espaços que promovam segurança para as pessoas trans e travestis, que levem em consideração a diversidade sexual e de gênero, cada vez mais abrangente no espaço escolar e demais espaços. São necessárias mudanças para tornar esses espaços mais inclusivos. A Resolução Nº 2, de 19 de Setembro de 2023, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, assegura os direitos da população trans e travesti, de acordo com os artigos:

Art. 5º Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade e/ou expressão de gênero de cada estudante.

Art. 6º Devem, ainda, ser implementadas as seguintes ações no sentido de minimizar os riscos de violências e/ou discriminações: I - sempre que possível, instalação de banheiros de uso individual, independente de gênero, para além dos já existentes masculinos e femininos nos espaços públicos; II - realização de campanhas de conscientização sobre o direito à autodeterminação de gênero das pessoas trans e suas garantias; e III - fixação de cartazes informando se tratar de espaços seguros e inclusivos para todas as pessoas (Brasil, 2023).

O fato de Natasha não conseguir utilizar nenhum banheiro evidencia um espaço determinante de quais sujeitos podem transitar por lá, diante da maneira como expressam o seu gênero. Neil de Almeida e Graça Cicillini afirmam que:

o banheiro, sobretudo em instituições públicas, torna-se uma estrutura física dotada de uma linguagem não verbalizada, mas determinante do lugar social que cada sujeito pode ocupar na sociedade desencadeando aceitação ou recusa das variadas formas de existência humana (Almeida; Cicillini, 2014).

O banheiro ainda está muito ligado ao biológico, àquilo que o sujeito tem ou não entre as pernas, um critério que, para a norma imposta pela sociedade, define quem esse sujeito é ou deveria ser. Concordamos com Luma Nogueira de Andrade (2015):

quando os/as alunos/as dizem, por exemplo [...] que o banheiro masculino ‘é mais apropriado’ [para a travesti] porque se ele [a travesti] usar o feminino ‘todo mundo vai pensar que ele [a travesti] é realmente mulher’ [...] estão se baseando nos princípios religiosos e nas tradições familiares do passado, estão oficializando a moral e os bons costumes, estão negando qualquer possibilidade de mudança, por isso as travestis são classificadas como imorais, como anormais, como portadoras de ‘maus costumes’ (Andrade, 2015, p. 191).

Essa vivência de Natasha nos fez pensar no quanto a escola ainda precisa de banheiros que sejam para pessoas, independente de gênero, raça, religião, classe social. A escola é o espaço das diferenças e também precisa ser um espaço de acolhimento das diversidades de gênero. Nesse sentido, após a cena entre Jurema e Natasha, a professora Lúcia faz uma intervenção e sugere que Natasha use o banheiro dos professores, não que seja a melhor escolha, mas para tentar fazer com que Natasha consiga aliviar a vontade de urinar e não sofra ainda mais preconceitos.

Ainda em relação a essa cena, podemos analisar a transfobia construída na sociedade através de atos, discursos, gestos, linguagens, olhares de desdém que visam a marginalização desses corpos/sujeitos. Na sociedade brasileira, há uma convenção cultural/social de marginalização das mulheres trans e/ou travestis, associando-as apenas à prostituição, sem ter outras possibilidades de existências em diferentes espaços (Megg Oliveira, 2018). Dito isso, podemos analisar a potencialidade desse artefato cultural em produzir sentidos e significados sobre a presença de pessoas trans nos mais diversos espaços, nesse caso da série “Segunda Chamada”, uma escola, em que sujeitos trans estão presentes. Esse artefato cultural pode construir uma pedagogia cultural na sociedade de respeito e inclusão para pessoas trans.

Considerações finais

Ao analisarmos o episódio 1 da primeira temporada da série “Segunda Chamada”, entendemos que, embora se trate de uma obra televisiva, ela retrata situações muito próximas das realidades das pessoas LGBTQIAP+ presentes nas escolas espalhadas por todo Brasil. Julgamos ser importante repensar as práticas pedagógicas exercidas nas escolas, de modo a tornar o espaço escolar mais seguro, acolhedor e inclusivo para as pessoas trans e travestis. Entendemos ser importante maior conhecimento acerca das leis e dos direitos assegurados a pessoas trans e travestis, assim como aprofundar a compreensão acerca das diversidades sexuais e de gênero. Essas diversidades mostram várias possibilidades de ser e de se estar no mundo, pois não são fixas nem imutáveis.

Personagens como Natasha, em particular, simbolizam a luta por respeito e dignidade em um ambiente, que, muitas vezes, marginaliza pessoas não encaixadas nas normativas tradicionais de gênero. Ela enfrenta desafios como o uso do nome social e o acesso a banheiros que correspondam à sua identidade de gênero. Natasha representa a resistência e a perseverança diante de uma sociedade que frequentemente falha em reconhecer e proteger os direitos das pessoas trans e travestis. Os exemplos de preconceito, segregação e exclusão enfrentados por Natasha são reflexo das realidades ainda vivenciadas por muitas pessoas LGBTQIA+ fora das telas, destacando a necessidade urgente de políticas educacionais de igualdade de gênero e de inclusão social em todos os níveis de ensino.

Portanto, consideramos a série “Segunda Chamada” um artefato cultural que, ao ser lido sob as lentes do currículo cultural não escolar, pode revelar as narrativas e significados de poder circulantes na sociedade sobre temas específicos acerca de relações étnico-raciais, gênero e sexualidade. Esses significados, muitas vezes implícitos, contribuem para a configuração de um currículo não formal que influencia a compreensão e a percepção da audiência sobre essas questões. Além disso, entendemos que os dados produzidos colaboram para a criação de políticas públicas e educacionais para pessoas trans.

O uso adequado do nome social e dos pronomes escolhidos pela pessoa contribui para a validação e o reconhecimento de sua identidade de gênero. É um direito da população trans assegurado pelo Decreto nº 8.727/2016: “o ‘nome social’ é o nome que a pessoa travesti ou transexual prefere ser chamada e possui a mesma proteção concedida ao nome de registro” (Brasil, 2016). Essa disseminação de preconceito pode favorecer a

evasão escolar, pois contribui negativamente na vivência de pessoas que fogem à norma. Elas são, assim, infelizmente, humilhadas e desrespeitadas, fazendo com que percam o interesse em estudar e frequentar a escola.

Referências:

- ALMEIDA, Neil Franco Pereira de; CICILLINI, Graça Aparecida. **Pessoas trans e espaços escolares: o uso do banheiro feminino e seus impactos**. 2014. Disponível em: <https://forumeja.org.br/goias/pessoas-trans-e-espacos-escolares-o-uso-do-banheiro-feminino-e-seus-impactos/>. Acesso em: 11 jun. 25.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. O banheiro como fuga do panóptico. In: ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015, p. 182-212.
- ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024** / Bruna G. Benevides. – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de Abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2016-04-28;8727>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Resolução nº2, de 19 de setembro de 2023**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2023/09/27/dou-resolucoes-cnlgbtqian-1-e-2-de-19-de-setembro-de-2023-final.pdf>. Acesso em: 11 jun. 25.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**; Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CAMPOS, Maria Eduarda Castelhana de; SILVA, Fabiane Ferreira da; BONETTI, Alinne de Lima. TRANSEXUALIDADE NA ESCOLA. **Diversidade e Educação**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 199-220, 28 jan. 2022. Lepidus Tecnologia. <http://dx.doi.org/10.14295/de.v9i2.13505>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/13505/9294>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência**. 2024. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>
- CONNEL, Robert. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 1 22, 1995.

FOUCAULT, M. Truth and power. In: C. Gorgon (Org.). **Power/knowledge: selected interviews and other writings 1972-1977**. Nova York, Pantheon Books, p. 109-133, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso Collège de France (1974 – 1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001. 479 p.

GIROUX, Henry A. A disneyzação da cultura infantil. In: SILVA, Tomaz T. da e MOREIRA, Antonio F. B. (Orgs.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 49-81.

GIROUX, Henry A.; McLAREN, Peter. Por uma Pedagogia Crítica da Representação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antônio Flávio (Org.). **Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995. P. 144-158.

GREEN, Bill; BIGUM, Chris. Alienígenas em sala de aula. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, p. 208-243, 1995.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes. **Corpos transparentes, exames e outras tecnologias médicas: a produção de saberes sobre os sujeitos homossexuais**. 2012. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências, 2012.

PARAÍSO, Marlucy A. **Currículo e mídia educativa brasileira: poder, saber e subjetivação**. Chapecó: Argos, 2007. 274 p.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Composições curriculares: culturas e imagens que fazemos e que nos fazem**. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 9, n. esp., p. 108-125, out. 2008. ISSN 1676-2592.

VERGUEIRO, V; GUZMÁN, B. R. Colonialidade e cis-normatividade: conversando com Viviane Vergueiro. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales**, Sevilla, v. 2, n. 3, p. 15-21, dez. 2014.

VIEIRA, Anália da Silva; OLIVEIRA, Danilo Araújo de. Joana e Sofia resistem às normas de gênero: a literatura infantil como um currículo para fabulação, criação de possíveis e sujeitos outros. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 11, n. 2, p. 535-559, 2023. E-ISSN 2358-8853

YORK, Sara Wagner. **Tia, você é homem? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os “cistemas” de Pós-Graduação**. 2020. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/16716>>.

Recebido em maio de 2025.

Aprovado em junho de 2025.